

O país continua a andar para trás

JOÃO SABÓIA

A discussão sobre crescimento econômico está na ordem-do-dia. No ano passado, a economia apresentou queda do produto de 0,2%. Quanto ao PIB *per capita* o resultado não poderia ser mais desastroso — queda de 1,5%. Desde 1992, o país não apresentava uma performance tão desfavorável.

O otimismo que o governo procura demonstrar em relação a 2004 não é coerente com a política econômica conservadora desenvolvida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central (BC), que insistem na manutenção de uma combinação de políticas fiscal e monetária contracionistas, apontando em direção à recessão e não ao crescimento econômico.

O primeiro trimestre de 2004 já terminou e não há qualquer sinalização de mudanças efetivas na economia. O resultado relativamente favorável da economia no último trimestre de 2003 dificilmente será repetido ao longo de 2004. Foi consequência do comportamento excepcional da agricultura que aumentou 7,3%. Mantido ao longo de 2004 o nível de produto do último trimestre de 2003, o PIB apresentará um crescimento de apenas 1% neste ano.

Para que seja atingida a taxa de 3,5%, prometida pelo governo para

o PIB em 2004, será necessário que a cada trimestre a economia cresça 1% em relação ao trimestre anterior, o que parece muito pouco provável. Fica cada vez mais claro que as autoridades estão dispostas a sacrificar o crescimento econômico de 2004 (e dos próximos anos) em nome da “estabilidade”.

Até o início de 1999, a inflação era controlada pela âncora cambial (regime de bandas cambiais). A partir do fracasso da velha política cambial, o país passou a adotar o regime de metas inflacionárias, utilizando como instrumento fundamental de controle da inflação a taxa básica de juros da economia.

Não existiria uma outra forma mais eficiente de controle da inflação? Não estaria o BC sendo muito conservador na fixação das metas inflacionárias? Até que ponto uma taxa de juros elevada é capaz de combater a inflação num país onde a demanda anda tão baixa? Não custa lembrar que, no ano passado, o consumo das famílias caiu 3,3% e os investimentos (formação bruta do capital) 6,6%. Além disso, parcela importante da inflação brasileira está associada a preços administrados,

que dependem da inflação passada e não da taxa de juros atual.

Será que o BC deveria insistir em definir a política monetária através do sistema de metas para a inflação? Se mantidas as metas inflacionárias, elas deveriam ser divulgadas ou poderiam permanecer implícitas como na taxa de câmbio? Por que o Brasil deve continuar suportando uma das maiores taxas de juros reais? São questões fundamentais ao futuro,

que precisam ser debatidas e respondidas com urgência.

Enquanto o Brasil continua andando para trás, há vários exemplos de países em desenvolvimento que vêm apresentando taxas de crescimento próximas a dois dígitos. Nos últimos seis anos, apenas em 2000 o país apresentou uma taxa de crescimento (4,4%). Nos outros anos, ficou sempre abaixo de 2%. O Brasil, que já foi a sétima economia mundial, caiu para 14º lugar, perdendo posições a cada ano para México, Índia e Coreia do Sul. A China ocupa atualmente a sétima colocação que já foi do Brasil.

Não é justo o ministro Palocci culpar o governo anterior pelo fracasso do crescimento econômico no primeiro ano do novo governo.

Embora as dificuldades da economia no início de 2003 fossem enormes, a decisão de aprofundar a política econômica conservadora do passado tem dois responsáveis principais — o próprio ministro da Fazenda e o presidente do BC.

O país não pode continuar confiando apenas na agricultura e nas exportações para sustentar o crescimento. O motor da economia brasileira sempre foi o mercado interno. Trata-se de uma característica dos grandes países em termos populacionais. É inadmissível que um setor importante como a construção civil tenha amargado uma queda de 8,6% em 2003. O corte dos gastos públicos e a falta de financiamento de longo prazo certamente tiveram importante contribuição para sua queda.

A expectativa do povo ao eleger Lula era exatamente mudar a rota do governo anterior, apostando num desenvolvimento sem exclusão social. A continuar a atual política econômica conservadora, cujos principais beneficiários são os detentores do capital financeiro, dificilmente o país conseguirá obter um crescimento econômico sustentado nos próximos anos. Muito menos, incluir os eternos excluídos.

JOÃO SABÓIA é economista.

N.R.: O colunista Luiz Fernando Verissimo volta a escrever neste espaço em maio.

Governo insiste
em sacrificar o
crescimento
em nome da
"estabilidade"
